

ORIGENS DA POPULAÇÃO AFRICANA EM ALAGOAS ANALISADA A PARTIR DE DUAS FONTES DO SÉCULO XIX

AFRICAN ORIGINS OF POPULATION IN ALAGOAS ANALYZED FROM TWO 19TH CENTURY SOURCES

LUANA TEIXEIRA¹

RESUMO

O presente artigo trata dos dados de duas fontes relacionadas à venda secundária de escravizados no século XIX para estimar a proporção de africanos oriundos das três principais regiões africanas da diáspora chegados a Alagoas, comarca e depois província da região Nordeste do Brasil. A partir de dados quantitativos, busca-se produzir conhecimento acerca da proporção de pessoas originadas de cada uma dessas regiões entre a população africana na região. Dois são os objetivos principais: estabelecer dados confiáveis sobre a composição da população africana em Alagoas nas últimas décadas do tráfico de escravizados e discutir os modos de nomeação de africanos no Brasil, a partir do estudo de uma região e período histórico específico.

Palavras-chave: diáspora; África; tráfico atlântico.

ABSTRACT

This article analyzes data presented in two historical sources from the 19th century to estimate the proportion of Africans from the three main African regions of the diaspora who arrived in Alagoas, a region in Northeast Brazil. Using quantitative analysis, it seeks to produce knowledge about the origins of the African population in the region. There are two main objectives in the article. The first one is to research the specific origins of the African population in Alagoas. The second objective is to engage in dialogue with historiography on the ways in which Africans are labeled in Brazil.

Keywords: diaspora; Africa, Atlantic traffic.

INTRODUÇÃO

Alagoas, na atualidade, está localizada no Nordeste do Brasil, área mais antiga de ocupação colonial portuguesa na América. Sul da Capitania de

¹ Professora colaboradora do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas. Email da autora: profluateixeira@gmail.com.

Pernambuco, fez parte da região de extração de pau-brasil, primeira atividade econômica europeia, e do processo de instalação do complexo de produção açucareiro. Há mais de quatro séculos, portanto, a área hoje reconhecida como Alagoas está integrada à economia atlântica e, como parte desta, foi uma das primeiras regiões a receber trabalhadores africanos escravizados deste lado do Atlântico. As marcas desse processo histórico ainda são presentes no estado. O açúcar segue sendo seu principal produto de exportação e a monocultura de cana-de-açúcar é marcante em todos os municípios da Zona da Mata.² Por outro lado, a utilização de mão de obra escravizada proveniente da África formou uma população com forte presença afrodescendente.

Apesar dessa importância, assim como em todo o Brasil, o processo de exclusão e de construção de uma sociedade caracterizada pela desigualdade racial e pelo racismo teve como consequência a produção de uma historiografia na qual a presença do negro foi folclorizada (SILVA, 2014). Como elemento social relacionado exclusivamente ao mundo escravista, segundo essa leitura, seu papel teria sido apenas marginal no processo histórico. Por consequência, o interesse por seu passado não esteve no centro das preocupações daqueles que buscaram construir a história oficial da região. O entendimento predominante de que o “português se constitui a base de toda a formação cultural da região, o esteio sobre o qual vieram juntar-se outras contribuições” (DIEGUES JUNIOR, [1954] 2012, p. 51), reduziu os africanos a um segmento genérico da população, proveniente de um lugar distante, “desconhecido e atrasado”, sob regimes políticos ditos “tribais” (LINDOSO, 2019, p. 99) sobre os quais pouco interessava produzir e divulgar conhecimento.

Nos últimos anos, a historiografia, principalmente aquela do campo dos estudos de escravidão, emancipações e pós-abolição, tem se esforçado para romper essas construções genéricas e estigmatizantes sobre o negro no Brasil. Um dos principais caminhos tomados é romper com a associação negro-escravo que alimenta preconceitos e reproduz ideologias construídas pela branquitude (BENTO, 2022, p. 4-5). Desse modo, investigadores têm feito esforços para

² Em 2023, estimou-se que o produto foi responsável por 72% das exportações de Alagoas. Balança comercial de AL acumula superávit de mais de R\$ 710 mil. *Gazeta de Alagoas*, 09.08.2023. Disponível em: <https://d.gazetadealagoas.com.br/economia/409115/balanca-comercial-de-al-acumula-superavit-de-mais-de-r-710-mi>. Acesso em: 09 jan. 2024.

demonstrar as ações e agência da população escravizada, retirando-a do papel passivo de vítimas (LUCINDO, 2010; NASCIMENTO, 2001). Em outra frente, têm pesquisado as fronteiras entre escravidão e liberdade pelas quais transitavam libertos, pretos e pardos livres, apontando para uma sociedade dinâmica para além da dicotomia senhor-escravizados (CHALHOUB, 2010; XAVIER, 1996). Há ainda os estudos que pontuam lutas emancipacionistas antes, durante e depois da abolição, evidenciando a mobilização política coletiva da população negra por cidadania no Império e na República (ALBUQUERQUE, 2009; DOMINGUES, 2004; FRAGA, 2006).

Por outro lado, esforços vêm sendo empreendidos para alterar a situação de pouca atenção dada à História da África, especialmente sob o ponto de vista dos Estados e organizações políticas complexas que estiveram diretamente envolvidas no processo que trouxe milhares de homens, mulheres e crianças como trabalhadores escravizados para a América. Nesse sentido, destacam-se investigações que focam a diáspora africana ao nível das interações internacionais nos últimos séculos e as múltiplas conexões entre os estados e povos envolvidos (GREEN, 2019; HALL, 2017; THORNTON, 2004). Regiões específicas do continente vêm tendo mais atenção dos estudos históricos, resultando em pesquisas que trazem informações mais detalhadas acerca da experiência pretérita dos africanos que formaram a população brasileira (GOMES, 2004; REIS, 1986; SILVA JR, 2021; SLENES, 1992; SOARES, 1998). Estes são temas dos estudos que, cada vez mais, têm contribuído para destruir velhos axiomas que resistem e ainda se reproduzem em bolhas sociais, apesar do Estado democrático de direito brasileiro possuir mecanismos legais que criminalizem a discriminação racial. Mesmo com as dificuldades, historiadores e historiadoras vêm trabalhando para produzir conhecimento ao grande público que contribua para sepultar de vez o racismo presente na narrativa que se consolidou como História do Brasil.³

Esse artigo busca apresentar resultados da investigação em história social sobre as populações africanas chegadas a Alagoas através da produção

³ Uma reunião de textos criticando o racismo historiográfico no contexto da América do Sul pode ser encontrada em Walker, 2018.

de dados sobre suas origens em um período determinado: o século XIX.⁴ Recentemente, um esforço nesse sentido foi realizado por Marques (2018, 2022), no qual fez um levantamento amplo da bibliografia disponível e analisou diversos textos de manifestações populares, como maracatus e cocos, que fazem referência a essa ancestralidade, produzindo um panorama inicial das origens africanas do negro alagoano. Buscando avançar nesse sentido, esse artigo apresenta o resultado de pesquisa quantitativa sobre fontes seriadas que, submetidas à crítica, permitem produzir dados sobre a origem dos africanos chegados em Alagoas no século XIX, contribuindo com a historiografia ao dimensionar a proporção da população vinda de cada uma das regiões africanas envolvidas com o tráfico e detalhar, ainda que de forma breve, cada um dos 10 grupos de procedência mencionados nas fontes.

1. AFRICANOS EM ALAGOAS NO SÉCULO XIX

Até o presente, não consta que fossem produzidos dados quantitativos sobre os africanos que chegaram em Alagoas, tampouco de onde eles vieram.⁵ Infelizmente, a importante ferramenta do *Slavevoyages* não contribui para essa problematização, seja porque os escravizados que vinham para a região chegavam pelos grandes portos de Pernambuco e Bahia ao longo do período da legalidade, ou porque trata-se de um banco de dados de produção coletiva, que prescinde de pesquisas previamente realizadas e estas ainda são bem poucas para Alagoas para o período no qual os desembarques começaram a ocorrer em sua costa após a ilegalidade do tráfico.⁶

Entretanto, desde o início do século XX, autores têm comentado sobre

⁴ Pesquisa realizada no âmbito do projeto “Emancipações e Pós-abolição em Alagoas: origens e trânsitos da população negra escravizada” realizado através de financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – Fapeal e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, através do Programa de Apoio de Fixação de Jovens Doutores no Brasil (11/2023), vigente entre 2023 e 2025.

⁵ Projeto de pesquisa com o objetivo de realizar um trabalho nesse sentido para o século XVIII vem sendo desenvolvido no âmbito do projeto *História da Escravidão e da Sociedade em Alagoas - Séculos XVI ao XIX - Documentos Históricos*, tendo sido, à época da elaboração desse artigo, publicado alguns de seus resultados preliminares, ver: Silva, 2023.

⁶ Sobre o contexto de desembarques ilegais em Alagoas, ver DUARTE, 1966; TEIXEIRA, 2023. As investigações de Marcus Carvalho sobre o mesmo tema em Pernambuco revelam aspectos das dinâmicas dos desembarques ilegais muito próximos ao que possivelmente ocorria em Alagoas, ver: CARVALHO, 2012; 2019.

quais os caminhos que fizeram os africanos para chegar à região. Tendo em vista a ligação colonial da região com Pernambuco, da qual apenas em 1817 foi emancipada, a tendência na historiografia local foi associar a entrada de africanos em Alagoas ao porto do Recife. Desde muito tempo tem-se verificado o significativo fluxo de comércio entre Pernambuco e África Centro-Occidental, o que vem sendo corroborado pelas pesquisas recentes (FLORENTINO, et al., 2004; CARVALHO, 2019). Desse modo, intelectuais afirmaram que a maior parte dos africanos chegados a Alagoas seria daquela parte da África (BRANDÃO, [1934] 2023; DIEGUES JUNIOR, 1945, p. 132-133; DUARTE, 1944; MARQUES, 2018). Em todos esses autores, a constatação sobre a predominância da presença de africanos provenientes da região de influência bantu (África Centro-Occidental) foi baseada em dados qualitativos, não sendo possível a nenhum deles sugerir alguma informação relativa à proporcionalidade que essa ‘maioria’ significava.

No entanto, apesar de parecer coerente que africanos chegassem em Alagoas principalmente por Pernambuco – e, conseqüentemente, centro-africanos seriam maioria –, não se deve menosprezar a presença de africanos ocidentais; tanto por que traficantes do Recife também operavam na África Occidental (ALMEIDA, 2018; SILVA; ELTIS, 2018, p. 119), quanto pela constatação de que rotas de distribuição interna do tráfico desde Salvador têm indicado a ocorrência de vendas de africanos escravizados para Alagoas (MARQUES, 2018; SILVA, 2001; SOUZA, 2023). A condição específica de Alagoas, entre dois dos principais portos de chegada de africanos na América, não permite que se reproduzam simplesmente os dados sobre a configuração da população africana em Pernambuco para a região. Nesse sentido, a produção de dados sobre a proporcionalidade da presença de africanos das três principais regiões de origem de pessoas escravizadas para Alagoas pode contribuir para confirmar ou refutar as antigas impressões acerca da predominância bantu na região e colaborar para a compreensão acerca dos fluxos do tráfico legal e ilegal de africanos escravizados para o Brasil.

O presente estudo trata da etapa final de chegada de africanos em Alagoas, a primeira metade do século XIX. Nesse sentido, refere-se à última geração da diáspora africana. Importante lembrar que grande parte deles,

aqueles que tocaram a costa brasileira após 1831, foi escravizada ilegalmente. Os dados são oriundos de um Livro de Registro de Pagamento de Meia-Sisa⁷, que abarca o período entre 1821 e 1832, depositado no Instituto Histórico e Geográfico Alagoano (IHGAL)⁸ e oito Livros de Registro de Passaportes,⁹ que cobrem os anos de 1842 e 1892, aos cuidados do Arquivo Público de Alagoas (APA).¹⁰

Apesar de serem dois documentos diferentes, têm por característica comum serem fontes produzidas no âmbito do controle estatal sobre a população no momento da venda secundária.¹¹ Ou seja, ao contrário de fontes paroquiais de batismo, por exemplo, que classificavam africanos no início de seu processo de ressocialização nas unidades de produção (GOMES, 2016; SOARES, 1998), nas meias-sisas e passaportes as classificações são atribuídas a pessoas que já haviam passado por essa fase inicial. Algumas, certamente, eram recém-chegadas, africanos e africanas inseridos no Brasil por Alagoas na ilegalidade e que estavam sendo distribuídos para as outras províncias do Império¹²; já outras, possivelmente, estavam no Brasil há anos, talvez décadas.¹³ Destaca-se que ambas são fontes produzidas em Maceió, o que permite uma certa equidade na comparação entre elas, mas pode produzir distorções quando amplia-se a análise para toda a comarca/província de Alagoas. Por fim, é importante lembrar

⁷ O imposto chamado de meia-sisa foi criada pelo Alvará de 03.06.1809. Tratava-se de recolhimento ao Estado sobre compra e venda de pessoas escravizadas e correspondia ao equivalente a 5% de seu valor. Na década de 1850 houve algumas alterações, passando a ser fixa, variando entre 25 e 40 mil réis, conforme a província.

⁸ IHGAL. Livro da Meia-sisa dos Escravos Ladinos, Maceió, 1821-1832. Numeração no catálogo 00138 04 02 01. O documento foi digitalizado e disponibilizado na íntegra on-line através do site do Family Search (<https://www.familysearch.org/>).

⁹ Os passaportes eram exigidos aos escravizados e estrangeiros para os deslocamentos entre as províncias do Império.

¹⁰ APA. Maceió, Livros de Registros de Passaportes da Secretaria de Polícia de Maceió, 1842-1892 (8 volumes), caixas: 5.282, 5.300, 5.301, 5.496 e 5.518. O documento foi digitalizado e disponibilizado na íntegra on-line através do site Trânsitos no Brasil Imperial (<https://www.tbrasilimperial.com/>). Foram mais de 10.000 informações nominais processadas para poder submetê-las à apreciação quantitativa aqui proposta.

¹¹ No caso dos livros de passaportes, nem sempre o registro era ocasionado por motivo de venda, mas eram a maioria dos casos relativos aos escravos. Nos dados recolhidos, foram considerados todos os registros de exportação de escravizados.

¹² Como ocorreu, por exemplo, no caso do Sylphide. Sobre o assunto, ver: Bethell, 1976, p. 335; Mamigonian, 2017, p. 267.

¹³ Essa característica das fontes, qual seja, tratar-se de venda secundária, impede uma análise quanto ao momento exato da chegada de cada indivíduo. Tendo essa limitação em vista é que justifica-se a opção pelo agrupamento dos dados para todo o período e não por cortes cronológicos.

que se trata de uma análise sobre a origem de pessoas sob a condição da escravidão. Ainda que os Livros de Passaportes possuam registros sobre africanos livres e libertos, eles não são abordados nessa quantificação, pois, padrões específicos de obtenção de alforria e de apreensão de tumbeiros podem produzir distorções no que se refere à população geral de origem africana.¹⁴

A primeira fonte é um Livro de Registro do Pagamento de Meia-Sisa de Maceió, quando ela ainda era uma incipiente vila subordinada à capital da Capitania/Província, a cidade das Alagoas.¹⁵ Abrange o registro do pagamento de meias-sisas de 193 escravizados entre os anos 1821 e 1832.¹⁶ Assim, como é comum em documentos que registram nominalmente pessoas escravizadas, nem todas têm a origem anotada. O que é bastante surpreendente nesse documento é a alta incidência de alguma forma de especificação de origem africana, sendo poucas pessoas identificadas sob nomeações genéricas do continente. No total, há identificação de procedência de 92 indivíduos. Destes, 33 teriam nascido no Brasil, pois foram designados como “crioulos”. Dentre os outros 59 identificados, 10 têm designação genérica de origem africana e os outros possuem algum tipo de especificação, como será demonstrado no Quadro 2.

A segunda fonte analisada é mais volumosa. Tratam-se dos Livros de Registro de Passaportes da Secretaria de Polícia de Alagoas, em Maceió, depositados no APA, que cobrem o período de 1842 a 1892. Os dados dos livros de passaportes foram tabulados e parcialmente disponibilizados online através do site Trânsitos no Brasil Imperial (www.tbrasilimperial.com). Assim como no

¹⁴ A opção por não incluir libertos justifica-se pelo fato de que a possibilidade de alforriar-se no contexto da escravidão podia, em muitos momentos, estar influenciada pela origem africana (FLORENTINO, 2005), o que produziria distorções nos dados relativos à proporcionalidade da presença de africanos de diferentes regiões em Alagoas. Já em relação aos africanos livres, optou-se por não incluí-los, pois as pesquisas realizadas vêm indicando que sua presença em Maceió possuiu peculiaridades que fez concentrar a presença de africanos ocidentais entre essa população na capital da província (TEIXEIRA, 2023).

¹⁵ O desenvolvimento de Maceió na primeira metade do século XIX é extremamente rápido, passando de povoado à capital da província (1839) em três décadas. Para mais detalhes, ver: Carvalho, C., 2015, p. 184-198; Marques, 2016, cap. 1.

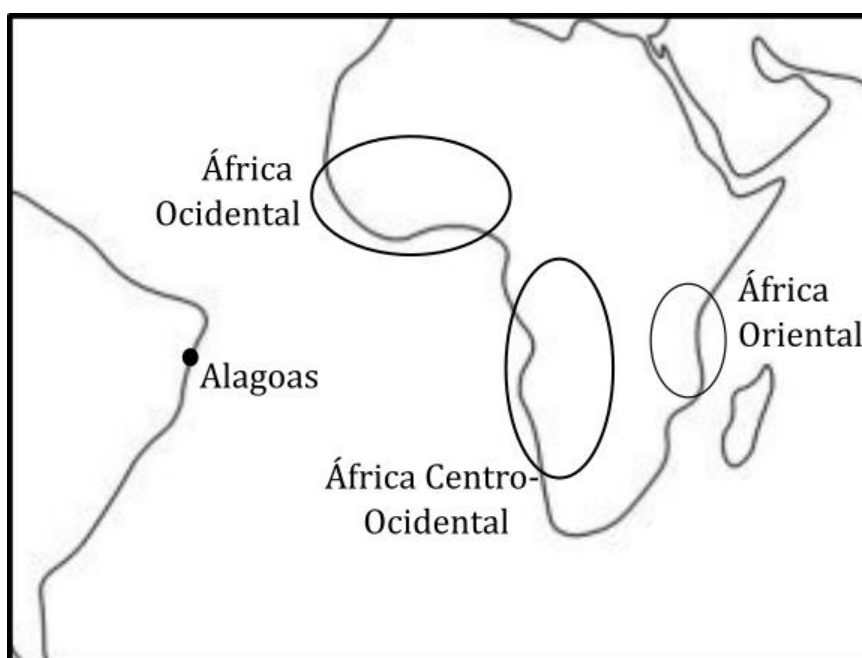
¹⁶ O primeiro registro de pagamento de meia sisa é de fevereiro de 1821, antes da independência, portanto, quando Alagoas ainda era capitania. É interessante notar como o documento é uniforme, apesar de transacionar entre o período colonial e independente, sendo, inclusive, o mesmo responsável para o recolhimento ao longo de todos os anos, o Deputado Tesoureiro Geral da Junta da Fazenda (variando entre Real, Nacional ou Pública), o bacharel Manoel Rodriguez Machado Portella.

Livro de Meia-Sisa, a maioria dos escravizados não tem origem indicada, mas nessa fonte o silêncio é ainda mais considerável. Entre os 6.122 escravizados contabilizados, 2.884 têm a origem registrada ou suposta¹⁷, sendo que 2.399 são nascidos no Brasil. Outros 489 são identificados como africanos e, para 200 deles, consta algum tipo de especificação de origem. Vale destacar que, apesar da fonte ir até 1892, o último registro de origem específica de africano escravizado ocorre em 1867.

Nas duas fontes são muitos os registros não anotaram qualquer identificação de origem. A proporção de pessoas escravizadas que tem a origem (africana ou americana) designada é bastante próxima em ambas, 48% dos registros na primeira, 47% na segunda, ou seja, menos da metade. Tomar os dados dessa parcela para o todo é inviável, especialmente tendo em vista as proibições ao tráfico que, provavelmente, subnotificavam africanos em dados oficiais. Desse modo, foi excluída a possibilidade de produzir, através dessas fontes, informações que indicassem a proporção de africanos sobre o total da população escravizada. Tomou-se, portanto, a estratégia de reduzir o conjunto analisado exclusivamente àqueles identificados como africanos e estimar, primeiramente, quantos tiveram origens específicas mencionadas e, em um segundo momento, dentro desse subconjunto, analisar a proporção daqueles que vieram de cada uma das três regiões africanas que estiveram envolvidas no tráfico de escravizados. Através dessa metodologia é possível propor a proporcionalidade entre os africanos de cada uma das principais áreas da diáspora: África Centro-Occidental, Occidental e Oriental, bem como identificar 10 grupos de procedência.

¹⁷ Origem supostas referem-se às ocorrências do uso dos termos “pardo”, “crioulo” e outras variações que a bibliografia registra como referentes a escravizados nascidos no Brasil empregados no espaço destinado ao registro de origem/naturalidade.

Figura 1 – Ilustração aproximativa sobre a localização de Alagoas em relação às três principais áreas da diáspora africana.



Fonte: acervo do projeto de pesquisa Trânsitos no Brasil Imperial.

Os dados relacionados à população africana identificada nas duas fontes estão apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Africanos escravizados identificados e com especificação de origem no Livro de Registro de Meia-Sisa de Maceió (1822-1831) e Livros de Registros de Passaportes de Maceió (1842-1867).

	Meia-sisas	Passaportes
Africanos	59	489
Africanos com especificação de origem	49	200
Proporção de africanos com especificação de origem sobre o total de africanos.	83,05%	40,90%

Fonte: IHGAL. Livro da Meia-sisa dos Escravos Ladinos, Maceió, 1821-1832. Numeração no catálogo 00138 04 02 01. APA. Livros de Registros de Passaportes da Secretaria de Polícia de Alagoas, Maceió, 1842-1892 (8 volumes), caixas: 5.282, 5.300, 5.301, 5.496 e 5.518.

O principal dado obtido através do Quadro 1 é a alta incidência no documento de meia-sisas de nomeações específicas dentre aqueles

identificados como africanos, 83%. Já nos passaportes, essa proporção cai para 41%, prevalecendo nomeações genéricas, como, por exemplo, “gentio da costa”, “natural da África”, “africano/a”, “da Costa” e “de nação”.¹⁸ Essa informação é importante para estimar, no conjunto geral, qual o recorte proporcional sobre o qual se detém o Quadro 2.

Quadro 2 – Africanos escravizados com designações de grupo de procedência no Livro de Registro de Meia-Sisa (1821-1831) e Livros de Registros de Passaportes de Maceió (1842-1867).

Documento/ Origem	Meia-sisa (1821-1832)			Passaportes escravizados (1842-1867)		
	Números absolutos	%		Números absolutos	%	
Angola	38	77,55	%	138	69,00	%
Benguela	1	2,04%		11	5,50%	
Congo	-	0,00%		5	2,50%	
Cassange	-	0,00%		4	2,00%	
África						
Centro-Occidental	3	79,59	%	15	79,00	%
	9			8		
Mina	6	12,24	%	6	3,00%	
Haussá	1	2,04%		-	0,00%	
Nagô	-	0,00%		25	12,50	%
Jeje	-	0,00%		6	3,00%	
Galinha	-	0,00%		1	0,50%	
África	7	14,29		38	19,00	

¹⁸ Silva Jr (2021, p. 23) afirma que “gentio da costa” tratava-se de um termo amplo para africanos ocidentais. Na ausência de referências específicas para o século XIX, optamos em mantê-lo como termo genérico. São cinco ocorrências no Livro de Meia-Sisa, o que, caso fossem considerados ocidentais, elevaria a participação desse grupo para 22%. Os centro-ocidentais reduziriam sua participação para 72%.

Ocidental				%				%
Moçambique	3		6,12%		4		2,00%	
África Oriental		3		6,12%		4		2,00%
Total	49	49	100%	100%	200	200	100%	100%

Fonte: IHGAL. Livro da Meia-sisa dos Escravos Ladinos, Maceió, 1821-1832. Numeração no catálogo 00138 04 02 01. APA. Livros de Registros de Passaportes da Secretaria de Polícia de Alagoas, Maceió, 1842-1892 (8 volumes), caixas: 5.282, 5.300, 5.301, 5.496 e 5.518.

Apesar da diferença na proporcionalidade da especificação de origem entre as fontes, quando agrupados em termos das três grandes regiões de procedência de africanos para o tráfico, a comparação entre ambas indica uma surpreendente uniformidade, especialmente em relação à representatividade de centro-ocidentais. Nas meias-sisas 80% e nos passaportes 79% dos africanos com registro específico são oriundos dessa região africana, denominados principalmente como “angola” ou “nação angola”. A proporção de africanos ocidentais e orientais varia entre si, sendo que na primeira fonte eles representam 14% e 6% e na segunda os ocidentais perfazem 19% e os orientais reduzem para 2%.

Ainda em relação à África Centro-Occidental, observa-se que nas meias-sisas, à exceção de uma benguela¹⁹, todos os outros são tratados como angolas. Já na segunda fonte ocorre um aumento na proporcionalidade de benguelas, bem como a ocorrência de congos e cassanges. Angolas continuam sendo maioria, mas decrescem 9% na proporção total, indicando uma tendência a maior especificação de origem de pessoas escravizadas oriundas da África Centro-Occidental. Conforme os dados da bibliografia e também do *Slavevoyages* (www.slavevoyages.org), ao longo de todo o período escravista, foi da África Centro-Occidental que provieram a maior parte dos escravizados para o Brasil. Esse movimento teria se intensificado após o fim do tráfico ao norte do Equador

¹⁹ Instituto Histórico e Geográfico Alagoano. Livro da Meia-sisa dos Escravos Ladinos, Maceió, 1821-1832, folha 2V.

no início do século XIX (BUKA-YAKABUL; SILVA, 2016, p. 35; SILVA, 2017, p. 18). Nesse sentido, a demografia da população africana em Alagoas não destoa do que ocorre no conjunto do Império. Os dados do Quadro 2 permitem estimar sua proporção em Alagoas no oitocentos: oito em cada dez africanos que viveram em Alagoas no século XIX seriam provenientes da África Centro-Ocidental.

2. GRUPOS DE PROCEDÊNCIA

Quando o olhar se volta ao passado, com foco em entender as diferentes origens da população chegada desde o continente africano, o desafio é enorme. Restam quase que exclusivamente os textos dos opressores. Michel-Rolph Trouillot é preciso nesse ponto quando fala dos graus de silenciamento do passado. Não se trata de narrar unicamente a história das elites, mas de eliminar, no processo de guarda e acervo, qualquer possibilidade de acessar à história dos subjugados.

Silêncios ingressam no processo de produção histórica em quatro momentos cruciais: no momento da criação do fato (na elaboração das fontes); no momento da composição do fato (na elaboração dos arquivos); no momento da recuperação do fato (na elaboração das narrativas); e no momento da significância retroativa (na elaboração da história em última instância). (TROUILLOT, 2016, p. 57).

Foi pautado por um projeto de esquecimento da cultura do outro por parte do colonizador que se reproduziu na América e no Brasil, ao longo dos séculos, a ideia de uma procedência africana homogênea. Essa retórica é um bom exemplo daquilo que Achille Mbembe chama de processo de efabulação:

[O colonizador] Ao apresentar como reais, certos ou exactos, factos muitas vezes inventados, foi-lhe escapando a coisa que tentava apreender, mantendo com essa uma relação fundamentalmente imaginária, mesmo quando sua pretensão era desenvolver um conhecimento destinado a dá-la a conhecer objectivamente. (MBEMBE, 2017, p. 29).

Assim, mesmo que em determinadas fontes produzidas por viajantes,

traficantes e administradores fossem identificadas etnias ou nações entre os africanos, pontuando sua presença individual ou coletiva, eventualmente identificando especificidades, ao fim eles retornavam às generalizações amplas sobre o caráter africano e à reiteração da visão europeia sobre o outro.²⁰ As diferentes línguas empregadas por traficantes e colonizadores e, conseqüentemente, as historiografias produzidas em contextos linguísticos diferentes aumentam a problemática da questão, colocando reflexões de pesquisa ainda mais complexas (HALL, 2017). Grupos relacionados a uma origem linguística e/ou histórica na África, como os iorubás, assumiam diferentes nomeações na América, como, por exemplo, nagô na Bahia e lucumi em Cuba. No cerne do debate está a qualidade mesma da informação sobre a qual produzimos esse conhecimento: as nomeações coloniais/imperiais e as autoidentificações africanas. Em documentos produzidos pelas instâncias administrativas e repressoras do Estado português ou brasileiro, como é o caso destes aqui trazidos, essa situação é ainda mais marcante.

A triste realidade para o historiador é que acessar as visões e perspectivas dos homens, mulheres e coletivos que chegaram ao Brasil como escravizados é uma tarefa em muitos casos inviável, dadas as limitações das fontes. Como afirma Guno Jones (2020, p. 288, tradução nossa): “Histórias horríveis e impactantes de muitos milhões de pessoas desapareceram em buracos negros de vazios epistemológicos e não há como recuperá-las.”²¹ No entanto, existem estratégias que permitem, ao menos por aproximação, obter-se informações mais complexas sobre o modo de perceber o mundo, os projetos de futuro e o quanto a experiência política e cultural em África vivida antes da vinda ao Brasil propiciou instrumentos de sobrevivência e luta. Vale lembrar que identidades migrantes, espontâneas ou forçadas, não são estanques, e o mesmo ocorre com os sujeitos da diáspora africana. A chegada aos novos contextos necessariamente redefiniu os alinhamentos socioculturais conforme as contingências da nova vida, a composição da população escravizada de cada espaço americano, bem como as circunstâncias e terminologias em uso

²⁰ Sobre questões relacionadas às ‘preferências’ por parte dos proprietários de africanos de determinadas regiões, ver: RODRIGUES, 2020.

²¹ No original: “Impactful, horrific stories of many millions have disappeared into black holes of epistemological nothingness, and there is no way to retrieve them.”

(GOMES, 2012, P. 103; MILLER, 2017, pos. 1234).

O desafio é tanto mais complexo porque, mesmo quando a documentação traz algumas pistas sobre as origens específicas africanas, os problemas relacionados às nomeações utilizadas persistem. As experiências africanas no contexto colonial e imperial foram atravessadas pelas circunstância de ser estrangeiro em terra estranha sob condições extremas de violência, ou seja, perspectivas e interesses próprios precisavam ser escondidos²² e laços de sociabilidade refeitos. As consequências foram ressignificações identitárias e reorganizações de referenciais coletivos.

“Nagô”, “jeje”, “galinha”, “angola”, “congo”, “benguela” são termos designativos de categorias de pensamento no contexto em que foram aplicados, definidos muitas vezes pelo outro. Sua variedade e variação expõem a dificuldade de interpretá-los conforme ocorrem nas fontes. Entender o que e quem estava sendo designado não é simples.²³ Discutindo a questão, afirma Mariza Soares (2004, p. 320):

A constatação da existência de uma classificação social que toma por base uma referência a grupos e lugares vivenciados anteriormente à escravização não pode levar à ilusão de que reproduzem uma organização territorial e política africana. Mas se, por um lado, não existe uma correspondência imediata entre os grupos organizados no cativeiro e os grupos étnicos africanos de onde os indivíduos procedem, por outro não há dúvida de que essa nomenclatura evoca, de forma contundente, um passado vivido e representado.

A partir dessas considerações, a autora propõe a categoria “grupos de procedência” para melhor compreender a organização dos africanos no Brasil, contornando as dificuldades presentes no uso dos conceitos nação ou etnia. A proposição contribui para uma melhor apreciação acerca do quanto os dados obtidos pelas fontes informam acerca do arcabouço sócio-político-cultural carregado pelos indivíduos e coletividades que se identificaram ou foram identificados em termos específicos. O termo ajuda a marcar que são

²² Aqui remete-se às proposições de James Scott (2013).

²³ O termo “nação”, por exemplo, foi um conceito de época e também uma categoria analítica atual, o que, geralmente, costuma trazer alguns problemas. Sobre questões do conceito, ver: Silveira, 2008.

nomeações da diáspora, produzidas nos diferentes contextos espaço-temporais americanos, guardando relações com as identificações coletivas étnicas, linguísticas e políticas na África sem, no entanto, seguirem necessariamente uma linha direta de associação com as nomeações africanas ou espelhá-las neste lado do Atlântico.

As fontes aqui analisadas apresentam 10 grupos de procedência. Há considerável bibliografia disponível atualmente e não cabe nos limites desse artigo esmiuçar cada um deles. Ainda assim, brevemente, serão trazidos alguns dados referentes aos contextos específicos que produziram essas nomeações no Brasil no século XIX e a conjuntura a que estavam ligados na África a fim de dar um passo a mais no conhecimento acerca da população africana em Alagoas no período. Ainda que a definição dos dez grupos de procedência continue contendo imprecisões, ela avança em termos da designação genérica de África e também de sua divisão por regiões da diáspora.

Entre as definições centro-ocidentais, em que pesem as múltiplas intersecções na aplicação das nomeações produzidas pelos portugueses e brasileiros traficantes, cada um dos quatro grupos de procedência que aparecem nas fontes indica possíveis origens territoriais associadas a grupos linguísticos. “Angola” era um designativo português geral aos africanos centro-ocidentais provenientes de suas feitorias na África, principalmente Luanda (mas também de ancoradouros costeiros em virtude da repressão ao tráfico). A ocupação portuguesa sobre o território Ndongo tomou o nome dado a estas lideranças como referencial territorial (CARVALHO, F., 2015). No contexto colonial africano, que no século XIX remetia a mais de 200 anos, a nomeação de pessoas como “angola” poderia envolver diversas proveniências, da costa e do interior, vassalos ou inimigos dos portugueses. No entanto, provavelmente parte significativa daqueles designados como angolanos no Brasil fosse falante de quimbundo (HALL, 2017, p. 263).

“Benguela” referia-se àqueles que embarcavam no porto de mesmo nome, mais ao sul, também inserido na área sob domínio português e possivelmente associada aos falantes de umbundo, englobando pessoas dos povos e reinos ovimbundo (MILLER, 2017, pos. 1148; SEBESTYÉN, 2015, p. 95). Tanto “angola” como “benguela” designavam populações em grande parte

provenientes das áreas de ocupação ou influência portuguesa na África. Conheciam, portanto, desde lá, as dinâmicas atlânticas das relações escravistas do Império Português e estavam, muito provavelmente, inseridas em um contexto que Linda Heywood (2017, pos. 2522) chamou de culturas atlânticas crioulas, marcadas pelas dinâmicas de interconexão entre europeus e africanos na África Centro-Occidental.

“Congo” aplicava-se comumente aos africanos centro-ocidentais localizados ao norte de Angola, fora da área de influência direta portuguesa, relacionada de alguma forma ao reino do Congo, cujo poder encontrava-se fragmentado no século XIX, e ao rio de mesmo nome. É também um termo genérico, que podia envolver pessoas do litoral ou interior. Provavelmente muitos eram falantes de quicongo. Alguns deles poderiam ser cristianizados em virtude dos processos de contato com os europeus que remetem ao século XV (MILLER, 2017, pos. 846). Por fim, “cassange” possivelmente associava-se a populações escravizadas no interior da África Centro-Occidental e apreendidas na área de influência do Reino de Cassange. Seriam falantes de línguas imbangala e estavam relacionados aos povos de mesmo nome, os imbangalas²⁴, grandes inimigos dos portugueses desde o princípio da expansão europeia na região e que com eles entraram novamente em conflito no segundo quartel do século XIX (VANSINA, 1962).²⁵

No que diz respeito aos cinco grupos identificados como da África Ocidental, “jeje”, no Brasil, fazia referência principalmente à população falante da língua gbe (SILVA JR, 2021, p. 10). A família linguística gbe era composta por 51 línguas faladas por povos, reinos e estados que, no século XIX, se estendiam em uma ampla faixa litorânea que ia da atual fronteira Gana/Togo até parte fronteira da Nigéria. Várias nomeações presentes em outras fontes levantadas pela bibliografia, como ardras, couranos e fons, são grupos dessa família linguística, mas, no caso dos documentos aqui tratados, não há qualquer especificação nesse sentido. Parte dos jejes trazidos ao Brasil vieram por consequência das guerras em que esteve envolvido o Reino do Daomé no século

²⁴ Os imbangalas são associados aos jagas, mas não há consenso se eram necessariamente o mesmo grupo, ver: Carvalho, F., 2015, p. 72-73.

²⁵ Notadamente, os quatro cassanges identificados aparecem nas fontes após o agravamento dos conflitos com os portugueses.

XIX, principalmente sob o reinado de Gezo (1818-1858). A ligação deste soberano com o tráfico de escravizados era tão marcante que teve a colaboração do grande traficante brasileiro Francisco de Félix Sousa no golpe que o levou ao poder (LAW, 1997, p. 217; SILVA, 2004, p. 87).

“Nagô” era um designativo operado no contexto de recriações atlânticas, especialmente na Bahia, para os falantes de iorubá. Em África, os iorubás abrangiam diversos territórios e formaram estados importantes da costa e do interior em regiões hoje correspondentes às atuais Nigéria, Benin e Togo. Na primeira metade do século XIX, o Império Iorubá de Oyó esteve envolvido em diversos conflitos, inclusive com Daomé, sofrendo uma decadência progressiva que levou a um grande aumento da presença de iorubás no tráfico, chegando à maior concentração na Bahia nos anos de 1850 (MAMIGONIAN; REIS, 2005).

O termo “haussá” indica sujeitos pertencentes ao povo de mesmo nome na África, que ocupava o Sudão Central, ao norte/nordeste da região ao interior do Golfo da Guiné, tinham língua própria e eram a esse tempo bastante islamizados (REIS, 1986). Como a bibliografia demonstra, o início do século XIX foi de intensificação dos conflitos na África Ocidental, produzindo sucessivas ondas de escravizações para o tráfico internacional. A jihad levada a cabo por Usama dan Fodio, que atingiu a região oeste da atual Nigéria a partir de 1804, e a formação do Califado de Sokoto levaram à escravização de inúmeros haussás nas décadas seguintes (REIS, 1986, p. 111-116).²⁶

“Mina” era uma expressão genérica utilizada no Brasil para nomear grupos originários daquela que os portugueses denominavam Costa da Mina. O termo, no entanto, funcionou como um grande “guarda-chuva étnico” (SILVA JR, 2021, p. 10), sendo usado para pessoas além dessa fronteira espacial (LAW, 2006, p. 112-113). Como mina, podiam ser designados jejes e nagôs, por exemplo, além de outros grupos da região. Em diferentes partes do Brasil, alguns ou todos os grupos provenientes da África Ocidental poderiam ser classificados como “minas” (GOMES; SOARES, 2011, p. 198-199). Estudos que têm se detido a entender as origens linguísticas da língua geral mina falada no Brasil no século

²⁶ Destaca-se que “malê”, termo bastante comentado na historiografia regional (DUARTE, 1958; SANTOS, 2024), era outra possibilidade de nomeação a africanos ocidentais e poderia ser utilizado não apenas para haussás, mas também para minas, nagôs e jejes, todos eles grupos cuja influência islâmica se fazia sentir no contexto de sua expansão na região no oitocentos.

XVIII tendem a associá-la principalmente a um léxico gbe (LIMA, 2021; RODRIGUES, 2020).

Por fim, “galinha”, segundo João José Reis (2019, p. 351), refere-se a populações do alto rio Moá, na Guiné, região do Extremo Oeste da África Ocidental. A presença de “galinhas” em Alagoas no século XIX é um indicativo de um contexto de inserção no tráfico diferente dos outros afro-ocidentais, colocando a região da atual Guiné e Serra Leoa no mapa da população africana chegada à região.²⁷

Indo para a África Oriental, a única nomeação de procedência encontrada nas fontes foi “moçambique”. Região da África mais tardiamente integrada ao tráfico para as Américas, viu o volume de exportações aumentar com a proibição do comércio ao Norte do Equador em 1808 (HALL, 2027, p. 268). Mais frequentes no Sudeste do Brasil (ALENCASTRO, 2018, p. 4), a presença de moçambiques em Alagoas aponta para a diversificação da comunidade de origem africana na região.

Como foi dito acima, esses parágrafos finais não se propõem a uma análise extensa do significado que poderia ser atribuído a cada um dos grupos de procedência revelados nas fontes aqui analisadas. A perspectiva é exemplificar a dimensão da heterogeneidade acerca das origens africanas da população alagoana no século XIX, esperando que este texto ganhe uma circulação para além dos estreitos círculos de especialistas no tema. Por outro lado, pensar nesses 10 grupos de procedência como um conjunto de possibilidades de identificação pelas autoridades existente entre 1822 e 1867 em Alagoas projeta cores mais precisas sobre que nomeações relacionadas às origens africanas eram destacadas na sociedade da época, contribuindo para que futuras pesquisas possam dimensionar trajetórias - individuais ou coletivas - tendo um panorama mais amplo sobre a população africana na região. Questionamentos sobre as vivências e experiências de cada um destes grupos podem ser aprofundados com base em novas pesquisas qualitativas e espera-

²⁷ Nina Rodrigues (p. 118-119) escreve sobre “uma pequena colônia de velinhos” existente a seu tempo (fins do XIX) conhecida como Galinhas, cujo nome refutavam. Os identificou como guruncis, grupo do qual também pouco se sabe. Concluiu que, no contexto do tráfico, seu local de partida deveria ter sido efetivamente a região do rio Galinhas, hoje nomeado Moá, localizado na Serra Leoa.

se que os dados aqui desenvolvidos possam contribuir para esse fim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto faz parte de uma pesquisa mais ampla que busca trazer complexidade ao conhecimento sobre as origens africanas da população alagoana, não apenas para dialogar com a historiografia nacional, trazendo dados confiáveis para uma região e tempo específico da diáspora, como também buscar canais de comunicação que propiciem aos professores da rede básica de ensino dispor de conhecimento qualificado para subsidiar a implementação de planos de ensino que contribuam para a aplicação de conteúdo de história da África e cultura afro-brasileira.²⁸ Apesar das inúmeras dificuldades que o historiador encontra ao buscar nas fontes maior especificidade sobre as origens africanas, há possibilidades de produzir conhecimento mais detalhado que permita ao estudante e ao público geral dispor de informações qualificadas e, desse modo, refletir sobre sua própria relação com o passado e sua ancestralidade através do conhecimento histórico formal.

Os dados quantitativos viabilizados pela análise das fontes aqui apresentadas trazem uma aproximação sobre a composição da população de origem africana em Alagoas no século XIX. A proposição acerca da predominância de africanos centro-ocidentais na região é confirmada, sendo que se avança no sentido de sugerir que, a cada 10 africanos, oito vieram dessa região. Por outro lado, é apontada a presença de uma população africana ocidental consistente e, ainda que minoritária, de orientais. Dimensionar essas populações em termos percentuais contribui para aprofundar o conhecimento acerca das influências que diferentes culturas tiveram sobre a formação das Alagoas contemporânea.

A análise também revela aspectos importantes acerca do olhar do Estado Imperial Brasileiro sobre essa população. A identificação específica de origem em apenas 10 categorias traz novos questionamentos para se refletir sobre os modos de atribuição e autoatribuição de identidades africanas no processo de

²⁸ BRASIL. Leis 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008. No site www.tbrasilimperial.com estão disponíveis planos de aulas e demais produções relacionadas ao projeto voltadas para a utilização por professores no ensino básico.

formação da sociedade brasileira ao longo do século XIX. De modo geral, essa análise corrobora o que a historiografia vem levantando acerca do caráter impreciso de atribuição de “nações” pelas autoridades. Por outro lado, a produção de dados que revelem mais elementos desse processo abre portas para que seja possível avançar para além das barreiras impostas pela própria documentação, levando à reflexão sobre metodologias alternativas que permitam enfrentar os problemas relacionados à reprodução das relações de poder na produção das fontes históricas.

Por fim, não se pode deixar de pontuar que o tráfico atlântico de escravizados foi um dos maiores crimes que a humanidade praticou no último milênio. Mas a diáspora não seria um fenômeno político e econômico tão relevante para a história do Ocidente se o plano de obstaculizar a reprodução da identidade e da memória dos povos africanos escravizados trazidos para a América tivesse sido tão bem-sucedido como o projeto colonial pretendeu. A relação dos sujeitos com seu passado passa por vários mecanismos, como a transmissão geracional da ancestralidade. A História, enquanto disciplina científica e parte integrante dos conteúdos escolares, também tem um papel nessa relação. Nossos currículos ainda estão muito marcados por construções pautadas pelos critérios de raça, classe e gênero que formaram a grande narrativa nacional conduzida por uma perspectiva branca, elitista e masculina. Produzir outras possibilidades de narrativas por meio de conhecimento acumulado e metodologias confiáveis é o grande desafio dos historiadores e historiadoras na atualidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **O Jogo da Dissimulação**: abolição e cidadania negra no Brasil. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. África, números do tráfico atlântico. *In*: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio. **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 57-63.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro. Rotas atlânticas: o comércio de escravos entre Pernambuco e a Costa da Mina (c. 1724-c.1752). **História** (São Paulo), v. 37, p. 1-31, 2018.

AMARAL, Roquinaldo do. Brasil e Angola no tráfico ilegal de escravos, 1830-

1860. In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flavio Sombra. **Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 143-194.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BETHELL, Leslie. **A abolição do tráfico escravo no Brasil**: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869. Rio de Janeiro: Ed. Expressão e Cultura, 1976.
000

BUKA-YAKABUL, Badi; SILVA, Daniel B. Domingues da. From beyond the Kwango - tracing the linguistic origins of slaves leaving Angola, 1811-1848. **Almanack**, v. 12, Jan6-Apr 2016, p. 34-43. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/YK6CPqqyQcCzCQrFnhC5P5H/?lang=en>. Acesso em: 15 dez. 2023.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação Histórica de Alagoas**. Maceió: Edufal, 2015.

CARVALHO, Flavia Maria de. **Sobas e homens do rei**: relações de poder e escravidão em Angola (séculos XVII e XVIII). Maceió: Edufal, 2015.

CARVALHO, Marcus J. M. O tráfico atlântico e o protagonismo senhorial depois de 1831. **Z Cultural** – Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea. Ano XIV, v. 1, 2019.

CARVALHO, Marcus J. M.. O desembarque nas praias: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831. **Revista de História**, São Paulo, n. 167, p. 223-260, 2012.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História Social**, Campinas, n.19, p. 33-62, 2º semestre de 2010. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/315>. Acesso em: 18 jan. 2024.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. **O banguê nas Alagoas**. Traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e cultura regional. Rio de Janeiro: Edição do Instituto do Açúcar e do Alcool, 1949.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. **População e açúcar no Nordeste**. Maceió: Edufal, 2012.

DOMINGUES, Petrônio José. **Uma história não contada**: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Ed. Senac, 2004.

DUARTE, Abelardo. **O negro na colonização de Alagoas**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Alagoano, v. 23, 1944, p. 22-29.

DUARTE, Abelardo. **Negros muçulmanos em Alagoas** (os malês) e memória lida perante a mesa redonda de estudos e trabalhos atinentes à vida e obra de Nina Rodriguez no IGHBA em 16.07.1956. Maceió: Edições Caeté, 1958.

DUARTE, Abelardo. Episódios do contrabando de africanos nas Alagoas. In: DUARTE, Abelardo. **Três ensaios**. Maceió: Departamento Estadual de Cultura, 1966.

ISAACMAN, Allen F. Os países da bacia do Zambeze. In: AJAHI, J. F. Ade. **História Geral da África: África do Século XIX à década de 1880**. Brasília: Unesco, 2010, p. 211-247.

FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre Vieira; SILVA, Daniel Domingues da. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX). **Afro-Ásia**, 31, 83-126, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21072>. Acesso em: 23 jan. 2024.

FLORENTINO, Manolo. Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871. In: FLORENTINO, Manolo (org.). **Tráfico, cativo e liberdade**: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 331-364.

FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**: Histórias de escravos e libertos na Bahia. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

GOMES, Flavio. A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir dos registros eclesiásticos. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.19, supl., p.81-106, dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/zSPjTVvFmBY6ZVXXXNvn3cR/abstract/?lang=p>. Acesso em: 18 jan. 2024.

GOMES, Flavio. Africans and "nations" in the slave trade through parish registers: preliminary notes for comparative perspectives on Brazil and Cuba in the seventeenth century. **Tempo** (Niterói, online) | Vol. 22 n. 41. p.451-466, set-dez., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/Dx4x4Rg6CKVG46t8ZBJ9Lzc/abstract/?lang=en>. Acesso em: 18 jan. 2024.

GOMES, Flavio dos Santos; SOARES, Carlos Eugenio Líbano. Negras-minas no Rio de Janeiro: gênero, nação e trabalho urbano no século XIX. In: SOARES, Mariza de Carvalho. **Rotas Atlânticas da Diáspora Africana**: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro. Niterói: EdUFF, 2007 (2. ed. revista e atualizada), 2011.

GREEN, Toby. **A Fistful of Shells**: West Africa from the rise of the slave trade to the age of Revolutions. Londres: Penguin Books, 2019.

HALL. Gwendolyn Middle. **Escravidão e etnias africanas nas Américas**:

restaurando os elos. Petrópolis: Vozes, 2017.

HEYWOOD, Linda M. De português a africano: a origem centro-africana das culturas atlânticas crioulas no século XVIII. *In*: HEYWOOD, Linda M. (org.). **Diáspora negra no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2017.

JONES, Guno. The Shadows of (Public) Recognition: Transatlantic Slavery and Indian Ocean Slavery in Dutch Historiography and Public Culture. *In*:

SCHRIKKER, Alicia; WICKRAMASINGHE, Nina. **Being a slave**: Histories and Legacies of European Slavery in the Indian Ocean. Leiden University Press, 2020.

LAW, Robin. The politics of commercial transition: factional conflict in Dahomey in the context of the ending of the atlantic slave trade. **Journal of African History**, n. 38, p. 213-233, 1997.

LAW, Robin. Etnias de africanos na diáspora: novas considerações sobre os significados do termo 'Mina'. **Tempo**, v. 10, n. 20, p. 98-120, 2006.

LIMA, Ivana Stolze. O conceito de língua geral de mina: apontamentos para a compreensão de seu significado histórico. **Revista do Gel**, v. 18, n. 3, p. 143-168, 2021.

LINDOSO, Dirceu. **Formação de Alagoas Boreal**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos: Eduneal: Fapeal, 2019.

LUCINDO, W. R. S.. A Escravidão em sala de aula: a desvitimização de cativos como humanização das populações de origem africana. **Revista Antíteses**, v. 3, p. 879-897, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/1957/1469>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; REIS, João José. Nagô and mina: the yoruba diaspora in Brazil. *In*: FALOLA, Toyin; CHILDS, Matt. D. **The Yoruba Diaspora in the Atlantic World**. Indiana: Indiana University Press, 2005.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **Africanos livres**: a abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARQUES, Danilo Luiz. **Sobreviver e resistir**: os caminhos para a liberdade de africanas livres e escravas em Maceió (1849-1888). Blumenau: Nova Letra, 2016.

MARQUES, Danilo Luiz. **Sob a "sombra" de Palmares**: escravidão e resistência no século XIX. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.

MARQUES, Danilo Luiz. **Sob a "sombra" de Palmares**: escravidão e

resistência no século XIX. São Paulo: E-manuscritos, 2020.

MARQUES, Danilo Luiz. **Folga negro, branco não vem cá**: histórias, memórias e culturas quilombolas (Alagoas, século XIX). Curitiba: CRV, 2022.

MARROQUIM, Mario. **A língua do Nordeste**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2017.

MENZ, Maximiliano M.. LOPES, Gustavo Acioli Lopes. A população do Reino de Angola durante a era do tráfico de escravos: um exercício de estimativa e interpretação (c. 1700-1850). **Rev. Hist.** (São Paulo), n.177, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/122490>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MILLER, Joseph C. África Central durante a era do comércio de escravizados, de 1490 a 1850. *In*: HEYWOOD, Linda M. (org.). **Diáspora negra no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2017.

NASCIMENTO, Beatriz. **Sou atlântica**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos malês. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REIS, João José. **Ganhadores**: A greve negra de 1857 na Bahia. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/RODRIGUES_Os_africanos_no_Brasil-1.pdf. Acesso em: 18 jan. 2024.

RODRIGUES, Aldair; Quem eram as negras minas da capitania de Minas Gerais no século XVIII. *In*: RODRIGUES, Aldair; LIMA, Ivana Stolze; FARIAS, Juliana Barreto. **A diáspora mina**. Rio de Janeiro; Nau Editora, 2020.

SCHWARTZ, Stuart. A historiografia recente da escravidão brasileira. *In*: SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: Edusc, 2001.

SCOTT, James. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

SEBESTYÉN, Éva. A sociedade ovimbundu nos relatórios de viagens do húngaro László Magyar: sul de Angola, meados do século XIX. **História: Debates & Tendências**, v. 15, n. 1, p. 83-100, 2015. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/5278/3427>. Acesso em: 18 jan. 2024.

SANTOS, Eudson Silva dos. “**E em cuja fé protesto viver e morrer na religião de Mahomet**” Benedicto e Bebiana - islamismo e catolicismo nas trajetórias e experiências em Penedo-AL (1855-1893)”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024.

SILVA, Alberto da Costa e. **Francisco Félix de Souza**: mercador de escravos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/EdUERJ, 2004.

SILVA, Daniel B. Domingues da. **The Atlantic Slave Trade from West Central Africa 1782-1867**. Cambridge University Press: Cambridge, 2017.

SILVA, Daniel B. Domingues da; ELTIS, David. The slave trade to Pernambuco, 1561-1851. *In*: ELTIS, David; RICHARDSON, David. **Extending the frontiers**: essays on the new Transatlantic Slave Trade Database. New Haven e Londres: Yale University Press, 2008, p. 95-130.

SILVA, Gian Carlo de Melo. A presença de africanos e seus descendentes em Alagoas no Século XVIII. *In* ANAIS DO 11º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL. 2023. Pelotas, RS. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/escravidaoeliberdade2023/anais/>. Acesso em: 18 jun. 2024.

SILVA, Jeferson Santos. **O que restou é folclore**: o negro na historiografia alagoana. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2014.

SILVA, Luiz Geraldo. "Sementes da sedição": etnia, revolta escrava e controle social na América Portuguesa (1808-1817). **Afro-Ásia**, n. 25-26, p. 9-60, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21008>. Acesso em: 18 jan. 2024.

SILVA JR. Carlos. Ardras, minas e jejes, ou escravos de “primeira reputação”: políticas africanas, tráfico negreiro e identidade étnica na Bahia do século XVIII. **Almanack**. Guarulhos, n. 12, p.6-33, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/alm/article/view/13212>. Acesso em: 18 jan. 2024.

SILVEIRA, Renato da. Nação africana no Brasil escravista: problemas teóricos e metodológicos. **Afro-Ásia**, n. 38, p. 245-301, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21167>. Acesso em: 18 jan. 2024.

SLENES, Robert. "Malungu, ngoma vem!": África coberta e descoberta do Brasil. **Revista USP**, n. 12, 1992.

SOARES, Mariza de Carvalho. Mina, Angola e Guiné: Nomes d’África no Rio de Janeiro Setecentista. **Tempo**, Vol. 3, n. 6, dezembro de 1998. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg6-6.pdf. Acesso em: 18 jan. 2024.

SOARES, Mariza de Carvalho. A “nação” que se tem e a “terra” de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império português, século XVIII. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 26, n. 2, p. 303-330, 2004. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/150>. Acesso em: 18 jan. 2024.

SOUZA, Cândido Eugênio Domingues de. **O tráfico negreiro da Bahia: agentes, investimentos e redistribuição (1690-1817)**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador; Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2023.

THORNTON, John K. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

XAVIER, Regina Celia da S. **A Conquista da Liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX**. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.

TEIXEIRA, Luana. Notas de pesquisa sobre a presença de comunidades da África Ocidental em uma cidade portuária brasileira. *In: LAS SÉPTIMAS JORNADAS DEL GEALA*, 2023, Buenos Aires. *Estudios afrolatinoamericanos 5: actas de las séptimas jornadas de GEALA*. Buenos Aires: Ediciones del CCC Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini, v. 1., 2023, p. 1-377. Disponível em: <https://geala.files.wordpress.com/2019/09/estudios-afrolatinoamericanos-4-actas-de-las-vi-jornadas-del-geala.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2024.

TROUILLOT, Michel-Rolphs. **Silenciando o passado: o poder e a produção da história**. Curitiba: Huya, 2016.

VANSINA, J. Long-Distance Trade-Routes in Central Africa. **The Journal of African History**, Volume 3, Issue 03, November, p. 375-390, 1962.

VELLUT, Jean-Luc. África Central do Oeste em vésperas da partilha colonial: um esboço histórico do século XIX. **África: Revista do Centro de Estudos Africanos da USP**, n. 3, p. 73-120, 1980.

WALKER, Sheila S. **Conhecimento desde dentro: os afro-sul-americanos falam de seus povos e suas histórias**. Rio de Janeiro: Kitabu, 2018.

Recebido em 19-08-2024.

Aprovado para publicação em 10-11-2025.